

SUBVERTENDO O DEBATE

Por Samuel Costa Filho*

Questão da Crise ou Quem é o Pai da Criança

A euforia do início de 2010 foi embora. Os economistas apologistas do sistema capitalista, doutores do trivial liberal, que vivem no século XX pensando com ideias “modernas” do século XIX, voltaram com suas propostas jurássicas, retrógradas, e com a velha cantilena da crise do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo. Ainda não se deram conta de que, desde 2008, seu “eficiente” paciente, o “Deus Mercado”, está sendo mantido vivo na UTI, sustentado por infiltração de doses homeopáticas e trilionárias de recursos públicos, por meio de política de socialização dos prejuízos, devido à política econômica conservadora de todos os Estados burgueses do mundo desenvolvido. Todavia, a recomendação médica e as medidas adotadas, apenas camuflavam o estado grave em que se encontra o paciente. Nenhuma medida foi realizada para solucionar a questão. Não se atacou a raiz do grave problema que o levou a essa maior crise do sistema capitalista. Assim, a medicação que camuflava o problema está se revelando insuficiente e o organismo, ao se adaptar a este remédio, exige doses maiores, mais do mesmo, e os que defendem os interesses estratégicos do complexo financeiro mundial, não percebem minimamente os estragos e as perversidades do sistema de especulação.

A crise que se iniciou por volta de 2007 no país líder do capitalismo global e que se espalhou rapidamente pela Europa e adjacências parecia dar a impressão aos profissionais de mercado, aos analistas das finanças, a muitos técnicos de análise ortodoxa, aos analistas da turma aficionada por uma planilha, que o pior da crise financeira global havia passado, com os países desenvolvidos reiniciando seu usual processo de recuperação da crise, como é típico desse sistema. Desse modo, novamente, o capitalismo fagueiro mostra-se pujante, com o mercado retornando à linha de crescimento econômico e voltando ao seu ponto de equilíbrio, como advoga a parte “boa” e “científica” que trabalha com a dita “economia moderna”.

O capitalismo pujante e a “eficiente” economia de livre mercado haviam sido salvos pelo gasto do leviatã Estado. No alfabeto da recessão, os ideólogos do sistema, os que afirmam praticar a “verdadeira” ciência econômica, pregavam a vitória do mercado, que haviam superado a perspectiva de crise que anteriormente se apresentava em forma L, U e W. Nos países ditos emergentes, em especial nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o crescimento se manteve elevado. Inclusive, a economia do Brasil, que nos últimos trinta anos apresentara uma taxa média de crescimento medíocre, logo se recuperou da crise em forma de V. A economia brasileira, rapidamente, mostra sua dinâmica e flexibilidade, e novamente superou o pior da crise, tendo o PIB atingido a marca de mais de 7%, em 2010.

Nessa suposta realidade de superação da crise, eufóricos, os mercados voltaram fortemente a especular e ganhar. Ganharam no período de sucesso do modelo, no início da crise, com o aprofundamento da crise, e continuam a ganhar com um jogo que somente leva ao agravamento das questões econômicas e sociais nos países do mundo rico, que teimam em aplicar as soluções conservadoras e ortodoxas que somente agravam a doença do paciente. É como afirmou Keynes (1983, p. 15):

[...] as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastroso se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência.

Pior é que a era neoliberal representou um aprofundamento do estudo e do ensino da Economia Vulgar. Apologia travestida de ciência. Financiada pelo pessoal das finanças, foi desenvolvida toda uma aparelhagem teórico-ideológica para viabilizar o predomínio desse embuste. Dessa maneira, seus ideólogos, os técnicos das finanças, os “phdezinhos”, foram estimulados a estudar em universidades dos Estados Unidos da América (EUA) e voltaram para os países da periferia do sistema impregnados de ideias neoliberais de quinta categoria, com uso e

abuso da matemática e das últimas teorias da moda, desconsideram que essa economia não trata de capitalismo.

Por ser economia política a abordagem que apresenta a dinâmica do capitalismo como um processo histórico, econômico e social específico, essa “nova” teoria econômica que camufla e desconsidera as questões da história, não possui as mínimas condições de compreender o comportamento do sistema capitalista. Esses “economistas” são operadores do sistema, passando seu precioso tempo tentando se tornar um matemático, entendendo e difundindo modelos e a econometria. Transformaram a economia em um sub-ramo da matemática. Esses arrogantes profissionais do *mainstream* são, como afirmam Delfin Netto e Belluzzo (2011, p. 50) são:

“pequenos matemáticos, metidos a grandes economistas”, ou, segundo a melhor definição de Bresser Pereira (CINTRA; LIRIO, 2010, p. 55): “[...] **Affonso Celso Pastore**, que me parece ser o melhor economista ortodoxo do País, um profissional respeitável. Mas é ortodoxo, o que é sempre um desastre”.

Muitos desses “phdezinhos”, utilizando a expressão de Bresser Pereira, utilizaram, usaram e abusaram da prática do sarcasmo, da desqualificação das outras correntes teóricas alternativas durante as duas últimas décadas. Nos anos 1990, no Brasil, esses economistas tratavam os outros pensamentos em economia como jurássicos, ultrapassados, retrógados, demonstrando arrogância. O prestígio desse pessoal era imenso e estava sempre recebendo bajulação da mídia financeira conservadora nativa. Tudo isso encobria que a quase totalidade desses economistas demonstram possuir uma total falta de conhecimento do funcionamento de uma economia capitalista, além de também apresentar baixa capacidade de leitura da realidade econômica brasileira e, o que é pior, não possuem os requisitos técnicos necessários para saber fazer reflexão crítica a respeito das importantes questões da economia contemporânea, principalmente no momento de crise do capitalismo atual. Todavia, o tom de arrogância desses PhDs apresenta um grau de desproporcionalidade inversamente proporcional ao seu grau de conhecimentos em economia.

A afirmação anterior está documentada em relatório de uma comissão criada nos EUA, objetivando investigar a grande perda de prestígio dos economistas diplomados com PhD nas

América do Norte, presidida pela ex-diretora do FMI Anne Krueger, composta ainda por nomes famosos da ortodoxia, como Robert Lucas, Kenneth Arrow, Olivier Blanchard, no qual concluíram que o seu sistema estava formando PhDs com perfil de *idiot savants*, ou seja, profissional em economia capaz de solucionar métodos sofisticados de matemática, mas sem capacidade de resolver problemas elementares no mundo da economia. O ruim para a sociedade brasileira é que esses PhDs brasileiros formados naquele país, ao retornar ao Brasil, passaram a impor e disseminar como único critério para o adequado desempenho da profissão o uso das suas ideias, em quase todas as faculdades e centros de economia do País, com baixíssimo nível de adequação das ciências econômicas com a realidade econômica, social e política brasileira (SUMMA, 2007).

Acontece que a atividade especulativa do mercado financeiro continuou predominando na lógica do sistema, não somente no mundo, mas também, e principalmente, no Brasil. Somente os diversos *mini-crash* das bolsas ao redor do mundo recentemente e a elevada volatilidade dos mercados serviram para alertar para esse pessoal que o paciente ainda estava doente na UTI. O alerta desse pessoal da matemática é de que os “mercados” parecem estar mergulhando no abismo. Aumentou a volatilidade dos mercados, percebe-se o risco de uma iminente recessão global, e o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick (CORRÊA, 2011), afirmou que o mundo está em uma nova zona de perigo. Não é difícil constatar que o sistema de capitalismo comandado pelo liberalismo desregulamentado e comandado pelas “mentes brilhantes” da ortodoxia, dos matemáticos, dos analistas financeiros etc., estaria iniciando um novo ciclo recessivo, dada a diminuição do crescimento em nível global.

Desse modo, o processo de desenvolvimento da crise econômica atual tem sido apresentado à população mundial como se tratando de um segundo tempo da crise global; uma crise, principalmente da dívida dos países da Europa, que não dá trégua e continua com reflexos negativos para os principais países desenvolvidos, de modo que o crescimento econômico continua muito lento, o desemprego é elevado e a demanda nunca se recuperou. Nessa ordem, o “Deus Mercado,” em conluio com seus aliados, as três maiores agências de *rating* (Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings) estão obrigando a diversos países da

Europa a ter de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), aplicando as fracassadas políticas econômicas de estabilização, que antes eram impostas aos países da América Latina.

Como era de se esperar, nenhuma surpresa. O resultado de todas essas recomendações, semelhante ao acontecido com os países latino-americanos, foi mais recessão, desemprego, elevação do *deficit* da dívida pública, crise social etc., etc. Apenas se repete nos países europeus um velho enredo conhecido de todos os países do continente americano do sul e central. Quem aceitar implementar essas medidas de insanidade econômica, leva de presente um aumento no *deficit* público, explosão nos níveis de desemprego, queda no nível da atividade econômica (recessão elevada), elevação do risco-país e aumento de *default* da dívida pública etc. Nada de novo no *front* para quem estuda economia e não necessita saber de matemática, nem precisa estar atualizado com o que recomenda a atual “nova economia”.

Assim, mesmo após uma forte intervenção salvadora do Estado burguês em favor do sistema financeiro, os mercados não conseguiram se recuperar e as perspectivas positivas logo se deterioraram, mostrando o retumbante fracasso das medidas do **Estado Assistencial para os Ricos**, conforme designação de Bauman (2010). Uma nova onda mundial de intensas e inesperadas novas rodadas de quedas nas bolsas de valores mundo afora voltou a sinalizar como se fosse a volta, o retorno de uma nova crise. Cresceram as dúvidas com respeito do pagamento de dívidas de países dos PIIGS (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha) na zona do euro. Até o FMI já voltou a falar em nova crise global. O economista Nouriel Roubini (2011), que apresentava um comportamento contra a corrente, contra a manada de “brilhantes financistas”, era por isso denominado pela mídia financeira como “Doutor Catástrofe”, dado que já alertava para o início dessa crise, voltou a advertir que é inevitável uma nova recaída, uma nova recessão.

A crise não havia acabado, como bem sabe qualquer economista com informação mediana em economia política. Acontece que ao perceber que a crise continua, os mercadistas, os “cabeça de planilha” estão com um discurso que vem novamente **subverter os motivos que desencadearam a crise global**. Essa turma de “phdezinhos” vem de novo, “surpresa”, apresentando um discurso de retorno da crise por

culpa das políticas keynesianas, do Estado do Bem-Estar Social, do Estado em favor dos pobres, do Estado populista. Tamanha criatividade. Encobrem que a crise não havia acabado. A crise não havia sido combatida e nem tratada adequadamente. O que ocorreu foi que se usou um remédio que camuflou os efeitos da infecção, prorrogou-se o jogo em que o sistema financeiro sempre ganha. Ganhou na bonança e continua ganhando com a crise.

Na continuação da crise do capitalismo financeiro global, o discurso desse grupo de “cientistas”, dos donos da única verdade em economia, é de retorno, de volta da crise, uma segunda crise global. No alfabeto da recessão, a crise está se desenvolvendo em forma de W. Esses profissionais e ideólogos do mercado novamente procuram apresentar uma análise que objetiva encobrir que foram suas recomendações de liberalização dos mercados, que foi o capitalismo neoliberal, que foi o “eficiente” mercado, que foram sua atuação sistemática em favor do sistema de especulação de mãos livres, de seus estímulos e da pregação em defesa do uso de políticas neoliberais que possibilitaram a ampliação e favoreceram o crescimento da instabilidade, provocando diversas crises em todos os continentes durante as últimas décadas.

Suas “maravilhosas” descobertas e seus “brilhantes” e **novos instrumentos financeiros (derivativos), aumentaram a possibilidade de realizações especulativas**, favorecendo o instinto animal dos rentistas; de maneira que não encontrou limites nos últimos tempos, agravando as crises que são típicas das sociedades regidas pela supremacia das economias de mercado livre, mas que foram exacerbadas e potencializadas pela predominância da dinâmica financeira na economia de mercado.

Os profissionais de mercado e os economistas que tratam da superficialidade econômica estão difundindo a ideia de uma nova crise, da culpa das elevadas dívidas públicas, da falência do Estado do Bem-Estar europeu, das demais políticas e atitudes populistas dos Estados em favor dos pobres, além da histórica ineficiência que somente estas correntes conseguem perceber na atuação do Estado burguês, que, segundo propagam, atua contra e em oposição aos mercados. Para os cientistas do pensamento dominante, mercado e Estado são entidades concorrentes e opostas. O mercado é sempre apresentado como eficiente e o

Estado possui uma ineficiência congênita, que atrapalha o normal funcionamento do sistema capitalista e de sua economia de mercado.

Todavia, como suas análises são ideológicas e apologéticas e o Estado burguês atua em toda parte, esses “cientistas” têm que justificar suas críticas para a questão de “muito” Governo e não do problema do Estado. Apresentam uma abordagem em que o Estado aparece sem vida própria, respondendo passivamente às demandas dos agentes, presa fácil de interesses de classe. Usam um método e uma abordagem que, por sua natureza, apresentam um Estado incapaz de fazer a filtragem dos interesses, destituído de compromissos de classe e de conteúdo.

Nesse estilo positivista, apresenta uma abordagem que se autodetermina “técnica” e “neutra” - seja lá o que isso signifique, deve uma justificativa técnica para a nomeação dos dois últimos presidentes do Banco Central do Brasil (Bacen), Armínio Fraga (empregado e administrador de fundos para o megaspeculador George Soros) e Henrique Meireles (funcionário aposentado do FleetBoston, do qual recebia 750 mil dólares, mesmo ocupando a função de presidente do Bacen). Na verdade, essa “ciência” serve muito bem como grande ideologia para ocultar a dominação social inerente à sociedade capitalista e o relevante papel do Estado em apoio a essa dominação e em favor do capital. Assim, ideologicamente, só acreditam e revelam as falhas de mercado e não do mercado. É assustador e assombroso a insuficiência de instrumental analítico desses arrogantes matemáticos, que não entendem que uma característica básica do Estado capitalista é atender as demandas decorrentes das lutas entre as diversas classes do capital.

Devido à avassaladora hegemonia desse pensamento econômico nas últimas três décadas, foi fácil o domínio e império das políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e de reforma do Estado, do famoso “dever de casa” recomendado para os países da periferia do sistema, das diferentes exigências e recomendações a ser seguidas por quem objetivasse o sucesso, para se atingir o desenvolvimento econômico e melhor se posicionar para receber os “virtuosos” investimentos estrangeiros. Em virtude de suas recomendações, que compreendem um diversificado receituário, suas propostas de política econômica sempre se adequavam a cada situação e a cada país que

adotasse essa linha e medidas. Um resumo das principais medidas do “dever de casa” dos “modernos” e “eficientes” profissionais do mercadismo resume-se em poucas palavras: desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, privatização, abertura do mercado externo e da conta de capital, ou seja, um processo de liberalização subalterna ao sistema capitalista mundial.

As mais diversas recomendações compreendiam medidas de privatização das empresas estatais e dos mais diversos serviços públicos (Privatização); mudança no grau de abrangência e na operação das políticas sociais (de universais, deveriam passar a ser tratadas de formas eficientes e focalizadas); ordenamento institucional para restringir a atuação e as escolhas do Governo no que diz respeito a política de desenvolvimento e medidas antiestatais. O resultado de todas estas recomendações já faz parte da história e é bem conhecido: crises diversas. Lembremos de somente algumas: México, 1985; Rússia, 1987; Tigres Asiáticos, 1988; Brasil, 1999; EUA, 2001; Argentina, 2002; Brasil, 2003, EUA, 2007; Europa, 2008, e a economia do Japão que se encontrava estagnada há muito mais de uma década.

Predominava, no Brasil, o **Manual do Perfeito Economista Imbecil Latino-Americano**, como bem qualificou Luiz Nassif (2011). Trata-se de um grupo composto por economistas ortodoxos, em sua maioria matemáticos, engenheiros de produção, engenheiros de qualquer formação, que, ao entender de matemática, arrogantes e prepotentes, se autodeterminam excelentes economistas, embora de economia não entendam nada. Nada, não. Desculpe, acreditam na economia do papagaio: oferta e demanda. Médico também pode ser. Aliás, o Brasil chegou a ter médico ministro da Fazenda que enriqueceu e chegou a se tornar milionário trabalhando na consultoria econômica, segundo falam as boas línguas. Para mostrar está opera bufa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a justificar o enriquecimento fácil e rápido deste economista/médico ou desse médico/economista, ao denominá-lo de Pelé da economia.

Esse grupo social disseminou para a população, e com a ajuda da mídia conservadora, um conceito de economia que mais parece um elevador: inflação subiu, dólar caiu, bolsa oscila, o PIB caiu, a taxa de juros necessita subir, a inflação

está perto da meta, numa lenga-lenga de sobe e desce, com a qual a população é estimulada a não entender, não se interessar, não questionar e até desacreditar na chamada economia. Nos informes destes economistas aparece para o grande público informações que não possuem nexos e interesses, não existem ganhadores e somente ocorrem perdedores, quando da ação perdulária e ineficiente do Estado é a favor da classe trabalhadora aposentada ou ematividade. Embora o cidadão sinta que alguma coisa tenha a ver com a sua existência, tudo aparece como uma questão de técnica, de conhecimento profissional qualificado e que somente estes doutores têm condições de opinar, atuar e resolver.

Analises que não incorporam os aspectos políticos e os interesses dos grupos econômicos e sociais de cada sociedade passam a noção do pressuposto de “excelência” de atuação e qualidade técnica, que somente essas “Cabeças de Planilha”, esses mercadistas, declaram possuir, sempre de maneira prepotente diante da sociedade. São os únicos profissionais que realmente entendem de economia, ficando as outras interpretações nesta área restritas a profissionais classificados como não dotados de qualidade técnica apropriada e que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificava como dinossauros, jurássicos perfeccionais (NASSIF, 2011).

Ocorre que nada melhor do que tempo, nada melhor do que a história para desmascarar todo tipo de farsa. O tempo atua como senhor da verdade. E com o passar do tempo, a verdade sempre aparece. **A crise do propalado e eficiente mercado, a crise do modelo rentista, a crise do capital fictício, a crise do modo de regulação e dominância do capital financeiro parasitário pôs em xeque todas as argumentações e a propalada eficiência dos mercados.**

Porém, mesmo diante dessa crise avassaladora, crise justamente nos países disseminadores e que difundiam essa apologia para os ingênuos e os incautos que vivem na periferia, países desenvolvidos, justamente os países dos centos do capitalismo mundial, que são os principais ideólogos do capital, a crise se estabeleceu e teima em não acabar. Nessa crise foi ridículo ver nesses países ricos os liberais financistas americanos implorando a urgência do socorro do Estado.

Assim, novamente, a solução foi socializar os prejuízos; foi entregar o Estado aos saques dos piratas do mercado financeiro. A política implementada até agora pelo Estado não objetivou outra solução; apenas transferiu a conta para a sociedade. Financistas não somente solicitaram e conseguiram o apoio do Estado, mas, o que é mais incrível, mantiveram o comando de todo o processo que objetivou salvar o capital financeiro e garantir sua sobrevivência. Em meio a essa grave crise, os Estados burgueses já implementaram programas de resgate do sistema financeiro com gastos trilionários, promovendo, por outro lado, uma política de redução dos gastos públicos que serviam para prover bem-estares públicos.

Dessa forma, diferentemente do discurso apregoado pelos economistas matemáticos, médicos, engenheiros e outros profissionais dessa fauna que ainda domina o discurso na economia, o Estado capitalista apareceu como agente político que garantiu o equilíbrio e a reprodução do sistema capitalista impedindo uma grave depressão, mantendo o paciente vivo na UTI, por meio de infiltrações elevadas de muito dinheiro público; trabalhou para a recuperação e triunfo do capital financeiro, mesmo que à custa e com o sacrifício da população; e mostrando-se por demais eficiente quando se trata de salvar o capital, mesmo que nessa situação pareça cada vez mais ineficiente do que nunca.

Assim, a verdade que se revela é que o Estado capitalista apresenta um papel que tem determinação histórica. Dependendo do contexto e da necessidade do capital, o Estado apresenta uma linha e uma atuação. Sua essência se revela em momentos em que o mercado se torna incapaz e mostra ser instável e ineficiente. O Estado assume o seu papel e traz para o seu interior o processo de regulação dos conflitos entre classes e suas frações, além de procurar trazer de volta a dinâmica virtuosa perdida pelo capital. Assim, no capitalismo, o Estado atua com uma relativa autonomia. Autonomia essa que é apresentada pela ortodoxia como se ele pairasse acima das classes.

O Estado no capitalismo atua sobre e no “fio da navalha”. Deve ser o elemento que viabiliza o processo de acumulação de capital, ao assegurar a valorização do capital, não somente com investimentos em capital fixo, mas também e até na área social. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, favorece a reprodução capitalista,

viabilizando também a adequada e melhor oferta e formação do capital humano, para fornecê-lo gratuitamente ao capital. Essa mão de obra melhor qualificada será útil para elevar a produtividade do capital. Acontece que esse mesmo Estado, em uma sociedade democrática, necessita ser eleito pelo povo, necessita da aprovação do cidadão. Ao necessitar do voto, ele viabiliza ações de legitimação perante à sociedade, construindo e obtendo consenso e apoio das diversas classes sociais e suas frações.

É norma do Estado capitalista procurar acomodar as demandas da sociedade sem pôr em risco seus alicerces e que viabilizam os lucros do capital. Assim, sua atuação para reduzir as desigualdades e o número de excluídos faz parte das medidas de legitimação. Estas medidas ocorrem de maneira específica, diferenciada, dependendo de cada contexto e realidade histórica concreta. São determinadas pelas necessidades e pelos objetivos de cada realidade histórica específica, ou seja, de cada país, na procura por defender e garantir o processo de reprodução do capital.

Na crise iniciada em 2007/2008, a solução apresentada pelo Estado foi sempre paliativa e o problema real ficou longe de ser resolvido. Todas as medidas adotadas apenas adiaram a hora da verdade. Desse modo, o processo e a história da crise está muito longe da sua conclusão. **Todas as medidas adotadas se restringem a seguir a linha de aplicar “mais do mesmo”, ou seja, salvar o mercado financeiro e adiaram a solução do problema**, pois acaba estimulando o prosseguimento do modelo financeiro rentista. **Essas medidas estão bastante distantes das raízes do problema** (cf. BAUMAN, 2010).

Os países da Europa e os EUA decidiram pela política de salvação dos bancos e dos banqueiros em risco de quebra por causa dos derivativos e dos empréstimos emitidos, das ações fraudulentas desses empreendedores sem escrúpulos, que conseguiram inclusive transformar a crise financeira em crise de dívida. Foi potencializada a política do Estado assistencial para os ricos, que mostrou que a relação normal entre o mercado e o Estado é de cumplicidade. Diferentemente da posição dos “cientistas” da economia, **as políticas de cooperação entre mercado e Estado fazem parte das cláusulas e das regras pétreas do capitalismo**, não importa se o Estado é “democrático”, ou se se tratar de um Estado

“ditatorial”, sua atuação objetiva atender aos interesses do capital nas suas mais diversas formas, ou seja, permitir e garantir a segurança e longevidade do domínio do “Deus Mercado”.

Subvertendo o Debate ou Relegando a Paternidade

O domínio atual do capital financeiro apreço como um demônio que vem devorando as economias e os governos dos principais países desenvolvidos. Nesse processo, é assustadora a falta de resistência e a atitude de ausência de ações para enfrentá-lo. A atual crise expôs para a população em geral que essa crise é de dominância do setor financeiro. Desse modo, impõe-se a necessidade de uma revisão desse modelo de desenvolvimento e de acumulação capitalista que **privilegia os parasitas e os piratas do mercado financeiro** (cf. FATTORELLI, 2011).

A revolta que tem ocorrido em diferentes países revela a indignação contra o privilégio e a corrupção em favor dos piratas do mercado financeiro. A população europeia já percebeu o saque ao Estado, que faz minguar os recursos para previdência, educação, saúde, como sendo os verdadeiros motivos do suposto fracasso do Estado do Bem-Estar Social. A revolta dos “indignados” na Grécia, na Inglaterra, na Espanha, mostra que os europeus estão descontentes não somente com a proposta social e econômica neoliberal do Tratado de Maastricht, mas, sobretudo, com as consequências da crise e com a atitude de seus governos de levar todo o custo para população, que, ao compreenderem o que está ocorrendo, não aceitam assumir os ônus decorrentes das falcaturas e estripulias dos mercados, com o apoio “científico” das recomendações do receituário liberal.

Essa foi a atitude dos Irlandeses que, em revolta e contra as medidas do Estado, não permitiram o pagamento dessas dívidas, desse prêmio ao capital financeiro, de modo que não permitiram que esses parasitas continuassem ganhando muito mais dinheiro. Capital financeiro que já ganhou bastante na fase de prosperidade e que viabilizou e continua ganhando na época de crise, transferindo os prejuízos para a sociedade e por meio dos Estados. Capital financeiro que não está disposto a mudar este modelo que já deu provas que se exauriu. Os europeus estão chegando à conclusão de que os 30 anos de domínio do liberalismo implicaram retrocesso social

e político, aumento das desigualdades e baixas taxas de crescimento econômico. A situação não está pior devido à histórica defesa do Estado do Bem-Estar Social em alguns países do continente europeu (CASTELLS, 2011).

Desde o início da crise, a política do **Estado assistencial para os ricos ao redor do mundo levou a que os governos já desperdiçassem US\$ 12,4 trilhões, com um discurso de incentivar suas economias**, mas que na verdade atendia apenas ao capital financeiro, limpando os estragos provocados pelos **grandes bancos globais**. Não é surpresa que, nesses três anos de crise financeira global, essas **instituições financeiras tenham lucrado US\$ 42 bilhões e os países somente se afundam em dívidas**. O escândalo maior é que a política de pagamento de bônus aos picaretas denominados de “mentes brilhantes” já retornou, com os grandes executivos de Wall Street recebendo prêmios, como o acintoso caso de um pagamento que atingiu o valor de US\$ 23,3 milhões (BÔAS, 2011).

Nesta realidade, segundo os dados do FMI, a dívida bruta dos países do grupo dos sete países mais ricos do mundo cresceu de US\$ 35,3 trilhões em 2009 para US\$ 41,26 trilhões em 2011, apresentando um formidável aumento de 16,7%. Por outro lado, neste mesmo período, o PIB desse grupo de países, denominados pomposamente de G7, somente avançou 1,36%. Não é difícil de constatar que, com essa **política de Estado assistencial para os ricos, o endividamento público** desses países passou a representar **118,2% do PIB** (BÔAS, 2011).

Não contentes com tamanha boa vontade dos governos, os mercados arrogantes tentaram até intimidar o governo americano. A Standard & Poor's, atendendo à agenda política do setor financeiro, rebaixou a nota dos títulos do governo dos EUA, alegando possível dificuldade futura no pagamento da dívida americana. Acontece, e que todo economista de segunda categoria devia saber, que os EUA pagam dívidas em sua própria moeda. Por “sorte”, o dólar ainda pertence aos americanos. São as autoridades monetárias dos EUA que controlam a criação da sua moeda. Dessa forma, somente um ingênuo, um lunático, iria acreditar que um país, um indivíduo ou qualquer entidade que tem o poder de emitir a moeda com que pode pagar os seus passivos vai algum dia ser idiota de dar algum calote. O certo é que nunca houve chance dos EUA aplicarem um calote, conforme quiseram

sugerir os medíocres funcionários da Standard & Poor's (STIGLITZ, 2011).

O certo é que **todas as medidas adotadas não tinham e nem têm a menor condição de debelar a crise, ela prossegue**. Acrescente-se ainda que, em virtude das recomendações adotadas pelos países com problemas de dívida estarem assentadas nas péssimas medidas do receituário do FMI, **a crise, não somente continua, mas voltou com mais força**, mostrando a face perversa do capital financeiro. Nessa realidade, os arrogantes mercadistas somente sabem falar em cortar dívidas de governos. Somente apresentamos raciocínio simplista de arrocho fiscal; pregamos corte dos gastos públicos, redução do *deficit* público, medidas que, se aplicadas por qualquer país, levam a mais recessão, reduzem ainda mais qualquer perspectiva de crescimento e agravam o risco de insolvência (FREIRE, 2011a).

Em oposição, para entender a crise, a análise econômica deve antecipadamente rejeitar o senso comum da análise teórica conservadora e “científica”. Um economista profissional deve estar capacitado para entender o que ocorre no mundo em que vive. E o mundo no qual está inserido é o mundo do capital. É uma realidade social e história específica em constante processo de mutação. É uma contradição em processo. É uma realidade que muito diferente das leis universais apregoadas pelos economistas das planilhas e que se diferencia a todos os momentos. Econometrista ou não, o economista tem o dever de saber que a economia é uma ciência social unificada, onde a economia, a história, a política, as ciências sociais, a psicologia, a geografia, a antropologia, a ideologia são elementos importantes e fundamentais para entendimento e atuação na realidade.

Entretanto, os economistas do *mainstream* acreditam construir uma ciência regida por leis naturais, que governam o mundo econômico, gerando harmonia se não sofrer a intervenção sempre inadequada do Estado. Quando a crise emergiu em 2007, essa “igreja” de doutores da chamada ciência econômica ficou atônita e não possuía justificativa para tal situação. A supressa foi geral nesse grupo de “cientistas”; afinal, a conjuntura econômica favorável por que passava o capitalismo, e em especial a dinâmica do crescimento da economia dos Estados Unidos da América, era atribuída ao sucesso da economia de

livre-mercado e à aplicação das recomendações dessa corrente da economia. Era plena a tranquilidade e o próximo futuro, brilhante - previsto pelos economistas que fazem parte do consenso no *mainstream*.

Todavia, ocorreu a crise. Em virtude de o capitalismo ser um sistema pujante e dinâmico, ele não fica inerte. Ao movimentar-se, pareceu recuperado do problema. Ocorre que, no processo de desenvolvimento da crise que não havia sido resolvida e continuava viva, deu a entender para esses economistas ortodoxos que a crise estava de volta, uma nova recaída, um chamado segundo tempo da crise. É abundante esse tipo de análise no discurso da *intelligentia* mercadista na mídia mundial. Todo um processo articulado tem sido usado para subverter e justificar uma nova crise de capital decorrente das dívidas dos Estados, principalmente na Europa.

Por intermédio de diferentes discursos, os mercadistas corrompem e desvirtuam, criando explicações para a crise em defesa dos “eficientes” mercados e em favor do capital financeiro. Procuram tirar dos ombros a responsabilidade dos profissionais do mercado, dos analistas financeiros, dos economistas matemáticos, dos engenheiros de todos os tipos pelas dificuldades, pelo fracasso da opção recomendada por estes profissionais e que levou e potencializou esse caos econômico. Esse povo procura se eximir da culpa, das falhas. Descarada e cinicamente, esse pessoal tenta colocar a culpa da origem, desenvolvimento e prosseguimento da crise na atuação do Estado. Embora eles tenham razão em um ponto, **o estado tem culpa por não atacar a raiz do problema e não tentar viabilizar a sua solução definitiva.** Todavia, foi o modelo de acumulação financeiro rentista que mostrou ser um fracasso retumbante e de uma decadência moral.

A crise econômica, que parecia acenar com mudanças e fim do domínio liberalismo, trazendo de volta ações do Estado com políticas macroeconômicas objetivando o crescimento do emprego, da economia e até por meio de políticas de desenvolvimento econômico, não saiu do papel ou do discurso dos keynesianos. Os interesses do capital financeiro, associados com o domínio da mídia, de uma mídia conservadora, reacionária e medíocre, respaldada pelos analistas de mercado, não perderam tempo e oportunidade e **estão a inverter o ponto de vista sobre a questão da crise.**

Revelando uma atitude de grande desfaçatez, os profissionais ligados aos interesses do mercado financeiro, os profissionais do *mainstream* de todo tipo de formação, ou seja, economistas ortodoxos, engenheiros, matemáticos, engenheiro de produção etc., procuram apresentar uma análise dos estragos causados pela crise de 2008, que centra a culpa no Estado do Bem-Estar Social, nas políticas keynesianas, nas políticas populistas dos Estados, que, em seu ponto de vista, nunca são a melhor solução. **A subversão do debate na apresentação da crise fiscal é acintosa.** Afirmam que esta dívida é decorrente de má administração de recursos públicos, da ineficiência do Estado, quando, na verdade, o Estado atuou pesadamente em favor e a serviço do capital financeiro na fase de construção de toda prosperidade do ciclo e ainda está a serviço do capital financeiro para salva-lo do desastre neste momento de inversão e de deterioração do modelo rentista.

Mesmo assim, propositadamente os mercadistas continuam nesse momento a cantilena e a insistente pregação de cortes na dívida dos governos. Qualquer keynesiano de quinta categoria sabe que essa medida somente provoca mais recessão; recessão econômica que significa menor receita para que o Estado possa obter recurso e pagar suas despesas orçamentárias e a sua dívida. A aplicação dessas medidas levará a sacrifícios inúteis e fará a dívida tender a crescer, agravando os efeitos perversos e aprofundando a crise.

Novamente, esse grupo de profissionais continuou a apresentar, com apoio da mídia conservadora, um discurso totalmente deslocado da realidade, bem típico do senso comum. Todavia, como é um discurso de generalidades, o que é bem a sua prática, rapidamente consegue ser absorvido e recebe o apoio de qualquer indivíduo medianamente instruído e inteligente, como é a base da classe média em qualquer país. Assim, o discurso do mercado financeiro logo voltou a predominar na discussão e no debate, mesmo que seja uma recomendação inadequada, uma questão deturpada do motivo e da causa do problema.

Acontece o desenvolvimento de um processo que subverte, corrompe e se desvia da raiz do problema atual por que passa a sociedade capitalista.

A título de exemplo, apresento algumas dessas pérolas do consenso conservador financeiro, iniciando com a explicação de Anders Aslund,

economista sênior do Peterson Institute, um *think tanks* considerado “apartidário” pela imprensa americana e um órgão “neutro” pelo Congresso dos EUA. Para este economista, a crise decorre das dívidas soberanas, devido às políticas populistas e social-democratas dos governos da Europa. A crise representa a falência do pensamento keynesianismo (BELLUZZO, 2011).

Vejam só, esta iminência apartidária e neutra, que nem um sociólogo conservador como Émile Durkheim acredita existir, muito menos se considerarmos que estamos tratando de uma sociedade capitalista, parece não saber nem onde está a raiz do problema; reproduz a secular obsessão dos ridículos conservadores americanos, hoje comandadas pelos retrógados do Tea Party, ou seja, o problema está sempre no vício populista dos governos social-democratas do pós-guerra.

Outra explicação das mais brilhantes é apresentada pelo engenheiro de produção Ricardo Gallo (2011). Trata-se de um “especialista” do mercado financeiro e, conforme ele próprio afirma em seu *blog* no IG, foi funcionário do BankBoston por 19 anos, participou ainda do conselho da Bolsa Mercantil & Futuros (BMF), sendo atualmente executivo da JSI Investimentos e sócio da Gallo Investments. Esse profissional do mercado financeiro, em seu *blog*, realiza uma explicação da crise sob o nome **Tolerância Irresponsável a um Intervencionismo Desesperado**.

Segundo o “consultor” das finanças Ricardo Gallo a culpa foi dos políticos. Os políticos deixaram a bolha crescer livremente; foram tolerantes na política e com complacência irresponsável por permitirem a formação de uma bolha. Essa bolha não foi controlada nem combatida pelo Estado. O problema da bolha não foi controlado pelos governos e muito menos resolvido. Assim, quando ocorreu a implosão da bolha, os Estados mudaram de atitude, passando a ser inocentados da sua cumplicidade nesse processo, adotando uma atitude oposta ao da tolerância e cumplicidade, com uma ação de forte frenesi intervencionista (GALLO, 2011). Esse profissional do mercado esqueceu-se de falar dos 30 anos de neoliberalismo que desmoralizavam e demonizam as explicações e atuação do Estado na economia. Também, não tratou do jogo desse interesses dos rentistas e domínio do capital financeiro.

Ricardo Gallo não trata do desenvolvimento do manancial teórico, por economistas ortodoxos

estimulados e regamente pagos pelo mercado, para desenvolver teorias supostamente “científicas”, objetivando justificar a livre atuação das finanças ao redor do mundo. O papel e a atuação da teoria dos mercados “eficientes”, antes e depois do início da crise, onde foram parar? E a bandalheira das finanças desregulamentadas? E a política dos governos que o dinheiro do mercado financeiro comprou, ao financiar pesadamente as eleições e as urnas?

Será que Ricardo Gallo não lembra que foi o Goldman Sachs que estimulou, assessorou e ajudou um governo conservador grego (antissocial) a usar uma política de para esconder o *deficit*? Déficit este fruto da política liberal que advoga pela constante redução da carga tributária para as empresas, isenções fiscais para as aplicações financeiras e para as camadas mais ricas. Não esquecendo os enormes gastos com a compra de armamentos da Alemanha e da França realizada pelo governo grego, além do gasto inútil que representa hoje a promoção de um evento que foi a Olimpíada. Esses são muitos dos eventos que o mercado financeiro atuou e que o arrogante analista financeiro, por viver em outra realidade, não no capitalismo hodierno, faz de conta que não existiu. Apresenta uma crise que nada tem a ver com a dinâmica do capital financeiro atual. O culpado são os políticos e o Estado, por não tomar conta da bolha. E a propalada eficiência do mercado, onde foi parar?

O ex-presidente do Bacen Gustavo Franco é outro componente do *mainstream*, composto de um grupo social que combina teorias ditas modernas com um primitivismo ideológico rotundo, que também chega à “feliz” conclusão de que a crise nada tem a ver com o neoliberalismo e com os mercados financeiros. Segundo Franco, foram os governos mal comportados que provocaram a crise. Franco afirma que foi a exaustão fiscal global a origem da turbulência. Trata-se de uma análise que revela um desconhecimento sem tamanho de economia. Não acredito. Representam apenas a face tupiniquim de servidão aos interesses financeiros, aos interesses externos; faz parte do discurso da trupe de liberal-carioca que se satisfazem e ganharam fama como economistas respeitados, excelentes profissionais defendendo política em defesa da modernização financeira da economia brasileira. Trata-se, portanto, de um economista que participa de um grupo que prefere a atitude servil de atender aos interesses dos

“tubarões” de Wall Street, do capital financeiro e da *city* de Londres (BARBOSA, 2011).

Diante do retumbante fracasso das políticas neoliberais, da grave crise provocada pelo capital financeiro, de todos os erros das recomendações das propostas da teoria ortodoxa, inclusive as do próprio Gustavo Franco, quando à frente do Bacen, que mostrou não ter revelado brilhantismo nas funções no serviço público, principalmente na adoção de uma política cambial inconsequente. Mas Franco (2011, n.p. tem o desprante de afirmar em entrevista ao jornal Folha de São Paulo:

Não vejo bolha nenhuma, muito menos fracasso neoliberal. É preciso olhar a situação com frieza, sem preconceitos ideológicos: o que estamos vivendo é o esgotamento do crescimento do Estado nas grandes democracias ocidentais, e mais o Japão, onde os níveis de endividamento público ultrapassaram medidas habitualmente aceitas de responsabilidade fiscal. O mal-estar é causado pelo fato de que há déficits e dívidas enormes. Os gastos públicos têm que cair.

Gustavo Franco, com certeza, não desconhece o papel das políticas neoliberais, que, a pretexto de reduzir o papel do Estado, impulsionou os *deficits* e as dívidas públicas com gastos antissociais e via juros exorbitantes. Dívida que, hoje, tornou-se insustentável para diferentes países ricos da Europa; não desconhece a imprudência das alavancagens nas aplicações financeiras e das irresponsabilidades das inovações financeiras engendradas pelos gênios das finanças. Ocorre que esses liberais brasileiros, embora vivam no século XXI, apresentam uma visão teórica e de mundo como se se tratasse do século XIX.

Mesmo diante do derretimento do mundo liberal em toda parte do globo, e em especial nos países que mais aderiram às suas exigências, Gustavo Franco e seus pares, os componentes da mais fina flor da *intelligentia* do capital financeiro brasileiro, a aristocracia econômica carioca, os maiores expoentes do pensamento econômico do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reuniram-se em São Paulo, na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) para contar os fatos do mundo real, propor continuar a receita do mais do mesmo. Os economistas tucanos componentes do *think tank* do neoliberalismo tupiniquim Casa das Garças, André Lara Rezende (que trabalhou no Banco de Investimentos Garantia, no Unibanco, e foi sócio fundador do Banco Matrix, administra a fortuna dos endinheirados), Edmar Bacha (do Banco Itaú Holding Financeira, que se chama

Banco Itaú BBA), Gustavo Franco (Rio Brava Investimentos), Pedro Malan (presidente do conselho de administração do Unibanco e Blobez-Ponto Frio) e Pérsio Arida (sócio de Daniel Dantas no banco Opportunity) tiveram ainda a coragem de continuar pregando o receituário de um modelo que está em estado falimentar em toda parte do mundo. É verdade.

Em seminário no iFCH, esse grupo recomendou diversas medidas de liberalização e privatização no Brasil e de maior inserção no mercado financeiro internacional. Segundo esse grupo especializado em ganhar dinheiro e enriquecer com facilidade, as medidas de políticas para o Brasil completar sua transição rumo à modernidade depende de política de privatização ampla, geral e irrestrita (FREIRE, 2011b). Em essência, esse grupo de economistas que enriqueceu usando o capital financeiro tupiniqui e o Estado brasileiro em proveito próprio (NASSIF, 2007) queria elevar o grau de abertura e dependência do Brasil em relação ao capital financeiro internacional, ao ponto de pregar a liberalização total da conta capital. Esta turma vem com seu desgastado e moribundo “dever de casa”, que propõe: primeiro, a necessidade de redução de gasto público e da carga tributária brasileira; segundo, privatização geral e irrestrita.

Nessa linha, como primeiro ponto, e conforme resumiu Freire (2011b, n.p.), trata-se das seguintes propostas:

- 1) da limitação legal da despesa pública (ideia de Malan);
- 2) de equilíbrio orçamentário que dê conta não só do déficit anual (2,2% do PIB) mas ainda da monstruosa rolagem da dívida que deveria ser amortizada anualmente (17% do PIB. Ideia de Franco);
- 3) de reforma fiscal-constitucional que reconhecesse a ilusão de que poderemos ter um “welfare state” europeu (Malan e Franco).

Ainda segundo Vinicius Torres Freire (2011b), no segundo aspecto, esses economistas propuseram nova rodada de privatização. Privatização não somente das empresas restantes e da infraestrutura de serviços públicos, mas tiveram o desprante de propor, em defesa e no interesse do capital financeiro internacional, uma medida que significa “privatização” das reservas internacionais do Brasil, a ponto da abdicação de realizar políticas de Estado, como as políticas monetária, cambial e de comércio exterior. Semelhante à implantação do Plano Real, estão a defender políticas em benefício

próprio e que servirão para elevar o seu grau de enriquecimento; uma política de liberdade geral para manter moeda no exterior, com um processo de abertura da fronteira final das finanças no Brasil (ideias de Franco e Arida).

Entretanto, convém lembrar que todos estes profissionais são executivos bem-sucedidos no mercado financeiro. Ocorre que, nos anos 1990, todos os componentes dessa turma tiveram passagem no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocupando cargos nos mais altos escalões do setor público brasileiro, construindo as próprias regras de flexibilização, de abertura e de subordinação da economia à lógica do capital financeiro, que potencializou seus próprios negócios, de todos os que participavam desse grupo, multiplicando as suas fortunas (PINHEIRO, 2007). O livro de Luiz Nassif (2007) é uma excelente mostra de como ocorreu esse processo, como o caso emblemático de André Lara Resende, que criou o Banco Matriz, de modo a ganhar dinheiro ao atuar ao mesmo tempo como operador de mercado e definindo as próprias políticas monetárias e cambiais do País. Resultado: tornou-se milionário. Vejam bem o histórico dessa trupe: os liberais brasileiros.

Os liberais brasileiros, embora vivam no século XXI, apresentam uma visão teórica e de mundo como se tratasse do século XIX. Acredito e tenho certeza que não desconhecem as obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado sobre a questão do desenvolvimento e dos dilemas da construção do Brasil; também são conhecedores das recomendações de John M. Keynes sobre o que significa ser um economista. Ocorre que o lema do jogo e a ética desse pessoal das finanças é sempre vencer ou vencer, dar-se bem na vida e ter sucesso.

Esse processo de subversão do discurso da direita, dos conservadores, do retorno das recomendações e do discurso liberal é um fenômeno mundial. Na América, não ocorre somente no Brasil. Diante das revoltas dos estudantes no Chile, Louzano e Elacqua (2011) conseguiram escrever um artigo com o absurdo de afirmar que a revolta dos estudantes chilenos decorre e é fruto do sucesso do sistema de educação do Chile. Segundo os dois autores, a revolta se deve ao motivo de o Chile ser vítima de seu próprio sucesso; foi o resultado das virtudes das reformas liberais na educação básica.

Todavia, no corpo do próprio artigo em que

afirmam tamanho absurdo e disparate, pode-se encontrar claramente os verdadeiros motivos da revolta dos estudantes no Chile: o fracasso do modelo neoliberal chileno e a sua recusa em tornar a educação um direito do cidadão e dever do Estado. As famílias chilenas estão bastante endividadas, chegando muitas a ter que vender propriedades, casas para tentar manter seus filhos nas universidades privadas. Desse modo, a bem da verdade, os motivos da revolta dos estudantes chilenos, e que conta com amplo apoio da população, dos professores e da opinião pública, são as exigências de mudanças profundas neste sistema educacional injusto; e o atual governo acumula recordes de desaprovação (ANTUNES, 2011).

O problema do modelo chileno é consequência dos seguintes fatos:

- a) reivindicações pelo direito a ter educação pública universal. No ensino de nível superior, é constituído de faculdades privadas;
- b) o Estado não fiscaliza essas universidades privadas, impedidas por lei de ter lucro - um enorme contrassenso em uma ordem capitalista;
- c) essas entidades privadas não garantem educação de qualidade;
- d) dado o aumento da pobreza e do número de pessoas mais pobres estudando (sete de cada dez estudantes), muitos se encontram em dificuldades para pagar as mensalidades;
- e) na sociedade chilena é reduzido o número de bolsas de estudos;
- f) as taxas de juros de financiamento do crédito educativo são altas;
- g) assim, não é surpresa o elevado comprometimento de importante parte da renda por parte dos alunos ou de suas famílias no pagamento dos financiamentos estudantis;
- h) esse pagamento da dívida apresenta um nível de inadimplência de mais de 40%.

Em resumo, todas as justificativas e a subversão do debate pelos ideólogos ligados ao mercado financeiro isentam a economia de mercado, o capitalismo financeiro e as estripulias dos piratas do mercado financeiro pela desordem de crise global. São economistas, matemáticos, ortodoxos, até ministro da Fazenda médico, que justificam suas atitudes com a propalada racionalidade econômica e a existência de uma ciência de análise neutra e técnica.

Todavia, convém perguntar:

a) e as patologias do sistema? E o funcionamento do capitalismo em sua fase financeiro-rentista?

b) Não existe papel e culpa dos bancos e do mercado financeiro pela crise?

c) a política dos bancos privados que incentivaram à população em geral e aos governos a viverem de crédito, tomando dinheiro emprestado? E a criação dos artifícios de derivativos ilegais e fraudulentos?

d) onde foi parar a questão da política de salvamento dos bancos falidos?

e) qual o motivo do profundo silêncio sobre as medidas de redução de imposto das pessoas milionárias, dos superricos, nas últimas décadas, além, e principalmente, sobre as isenções dos impostos sobre as aplicações financeiras?

f) qual o motivo de escamotear a corriqueira prática política de manipulação do risco-país realizada pelas agências de *rating*, que acabaram aumentando o saque sobre os países endividados e, na Europa, empurrou para o FMI e elevando a crise?

g) e a questão do Estado assistencial para os ricos, que elevou o gasto público em trilhões, em apenas três anos? Esse auxílio aos ricos que jamais teve sua racionalidade questionada, na crise atual, voltou com uma benevolência como não se fazia há muito tempo;

h) qual a explicação dos porquês das medidas de socorro que somente apresentaram o propósito de dar continuidade ao próprio jogo do capital financeiro, não se preocupando com quem perdeu seu emprego, com quem perdeu suas casas?

As respostas a estas questões também estão ausentes em todas as análises dos profissionais de mercado. A história do capitalismo demonstra existir uma cooperação entre o Estado e o livre-mercado. O Estado, seja ditatorial ou democrático, é um Estado do capital, forte aliado do mercado; sua atuação prima e segue a regra de viabilizar as atividades do sistema capitalista e do mercado. Conflitos entre eles, quando existem, são exceção. O Estado do Bem-Estar Social foi um excelente investimento para o capital em uma época específica da história. Neste momento, o Estado do Bem-Estar não é mais útil. Serviu para elevar a rentabilidade do capital e cuidar da formação e redução do custo da força de trabalho para o bem do capital, em determinada época da história. Hoje, com o domínio e predominância do capital financeiro, o sistema objetiva estimular o consumo

via crédito, estimulando os consumidores a viverem endividados, e o Estado é um excelente ente para ser levado a se endividar junto ao capital financeiro. Consumidores e o Estado liberal que permanecem viciados no crédito, arcando com o custo de financiamentos elevados, pagando juros para os piratas das finanças (BAUMAN, 2010).

Resumo da Ópera e a Ajuda dos Escudeiros

É consenso que o estudo e o conhecimento da ortodoxia nunca apresentaram, serviram ou tiveram como base explicar e revelar o mundo econômico real. Seu estudo representam os interesses do capital; usa e abusa de modelos abstratos descolados da realidade econômica e, principalmente, das questões sociais. Nessa perspectiva, não objetiva, nem minimamente, alterar o funcionamento da sociedade e do sistema; representam a defesa do *status quo*, e usa a técnica para operar o curso dos acontecimentos em prol do funcionamento do capital.

As muitas palavras sobre a Grande Depressão, o que foi escrito a respeito da longa crise japonesa, de nada serviram e nada foi aprendido pelos analistas ortodoxos. Na crise, os estímulos recomendados e aplicados foram em defesa dos muito ricos. Os banqueiros não foram forçados a arcar com os prejuízos. Até hoje os principais líderes somente tentam ocultar as fraquezas de suas economias. Porém, os problemas emergiram e impera a percepção de que as coisas vão piorar, não importa o que seja feito. Assim, uma longa crise ainda parece um cenário otimista (STIGLITZ, 2011).

No auge do neoliberalismo, nos anos 1980-1990 e até meados de 2000, as agências de risco passaram a figurar como uma espécie de mensageiras divinas, estando sempre acima da Constituição dos países, das leis, da ordem e das questões da democracia. O neoliberalismo, como ideologia, uniu a turma rentista e o pessoal da tecnoburocracia, constituída por jovens gananciosos que foram estimulados a aderir aos encantos da área financeira; uma tropa de choque formada por PhDs, MBAs formados nos EUA. Esse pessoal passou a criar diversos mecanismos de inovações financeiras, ariscados e improdutivos, permitindo ao setor rentista dominar a dinâmica do capitalismo, obtendo rendimentos elevados. Como se vê, não foi por acaso que todos esses anos de predomínio do neoliberalismo redundaram nesse grande desastre, pois transformou a dinâmica

econômica do capitalista em uma atividade de “cassino”. A economia ortodoxa atuou e dominou o debate em economia, camuflando, prejudicando e desestimulando uma visão crítica da sociedade ou de quem se atrevesse entender as questões da vida econômica. Sua atitude arrogante desqualificava as visões alternativas ou qualquer profissional que não usasse uma análise que se enquadrasse no seu discurso retrógrado.

Assim, não foi surpresa o vexame desse pessoal do mercado financeiro. O vexame da empresa de *rating* Standard & Poor's, quando rebaixou a nota de crédito do governo dos EUA, é um exemplo. Logo a seguir à nota de rebaixamento do grau de classificação de risco, ocorreu uma elevação na procura por títulos americanos, mesmo diante do pagamento de juro real zero ou negativo pelo prazo de até dez anos, prometido pelo governo dos EUA. Os grandes investidores ao redor do mundo continuam a receber as mais baixas taxas de juros em quase 70 anos, não somente do governo do americano, mas dos governos da França e da Alemanha.

Um breve resumo da história econômica da última década mostra a enorme relação de retumbantes fracassos dessas empresas de classificação de risco: em 2001, quando do caso ENRON, a então sétima empresa dos EUA; em 2007, no caso do banco Lehman Brothers; e, em 2009/10, com a atitude de manipulação do “risco-país” dos diferentes países da Europa, por intermédio dos famosos *Credit Default Swap* (CDS). Antes da redução da nota dos títulos dos do governo americano, mesmo quando o governo dos EUA informou que a S&P cometeu um “pequenino” erro de apenas de US\$ 2 trilhões; Em uma demonstração de total falta de conhecimento básico da matemática do orçamento fiscal dos EUA.

Tem enorme razão o professor Antonio Delfin Netto (2011a), quando afirma que: “As agências de *rating* nunca demonstraram capacidade de previsão. Elas são o que se classifica no Código Penal Brasileiro de 171, porque vendem o que não têm. Logo, é um estelionato”. Estelionato representa a conduta de todos estes profissionais do mercado financeiro, as mentes brilhantes, os analistas da mídia, que se especializaram em enganar a sociedade com um noticiário econômico que representa uma farsa da ortodoxa, inventando uma inexistente eficiência dos mercados financeiros.

As empresas de *rating*, pareciam ter papel essencial para o funcionamento do sistema econômico mundial, devido à dinâmica financeira no capitalismo global possibilitar muitas oportunidades e muitos riscos para as aplicações no mercado financeiro global. Todavia, diferentemente do que a teoria ortodoxa afirma a respeito de uma “eficiência dos mercados”, impera um comportamento de “efeito de manada”, pelo qual os aplicadores objetivam comprar em mercado barato e esperam o preço subir, esperam valorizar e, então, vender caro. Essa atitude leva ao surgimento de valorização artificial do preço desses ativos, em ondas especulativas que se autoalimentam como em uma profecia autorrealizável.

A política de liberdade desenfreada no mercado de capitais levou a uma atitude dos investidores que provocou um processo de flutuação exacerbada, dado o comportamento dos intermediários financeiros internacionais e da sua tendência à imitação, ao seu comportamento de “manada”, que provocam movimentos de “euforia” e “depressão”. Esse processo perturba toda a dinâmica das mais diversas economias; quer diante de algum motivo real ou somente devido a motivos imaginários, sofreram ataques especulativos dos piratas das finanças. O movimento e as atividades do capital especulativo estavam sempre a escolher quem seria o país para ser a próxima vítima, quem seria a chamada “bola da vez”.

Essa história de “mentes brilhantes”, de gurus das grandes finanças não passa de farsa para justificar os rendimentos fabulosos, por parte de quem administra recursos de terceiros. Nessa realidade, a vida desse pessoal foi largamente facilitada pela atuação das agências de risco, pois essas empresas sinalizaram os movimentos especulativos para os profissionais de mercado. Não foi sem razão que as empresas de classificação de risco acabaram unidas como empresas competentes e fundamentais para o bom funcionamento do sistema. Sua atuação servia para minimizar as responsabilidades dos “brilhantes” gestores de fundos pelo fracasso nas aplicações. Criavam regras de atuação que eximiam os profissionais de mercado da responsabilidade pelas suas decisões de aplicações mal feitas e pelos enormes prejuízos quando os causassem aos donos do dinheiro.

Acontece que este sistema estava usando, e apoiado em organizações, as empresas de *rating*,

que demonstraram não possuir o conhecimento técnico de economia. Empresas que usavam a balela de possuir um discurso pseudocientífico, que, no fundo, era enganador. Essa é mais uma prova da grave e grande falta de qualidade e escrúpulos dessa gente prepotente de mercado. Matemáticos, ortodoxos e outros que trabalham em prol do mercado financeiro são sarcásticos, prepotentes e desqualificam seus adversários constantemente, encobrendo as falcatruas desse sistema. Não é sem razão que a realidade mostra que é por esse comportamento que na sua grande totalidade o mercado glorifica esses economistas de quinta categoria, formados em universidades ortodoxas classificadas de primeira (LEBLON, 2011).

Diferentemente do que afirmavam os economistas de mercado, os economistas matemáticos, os “cabeça de planilha”, os porta-vozes do “Deus Mercado” e as empresas de *rating*, os donos do dinheiro não estão preocupados com a dívida pública; não estão ligando para o problema do endividamento dos Estados. Os que possuem dinheiro estão percebendo que a recuperação era uma balela, e o comportamento da economia sinaliza para eles com desaceleração, com recessão no horizonte próximo, com um longo período de estagnação, um prolongamento do período de estagnação econômica global (FREIRE, 2011a).

Fuja dessa Gente

A vulgata da ortodoxia necessita aprender a estudar a realidade do sistema capitalista. Trabalha com um paradigma superado. O mundo é capitalismo. A dinâmica do capitalismo econômico rentista quebrou. Não pode produzir crescimento econômico, gerar emprego e, muito menos, elevar o nível de vida das pessoas. O sonho americano de possibilitar à geração seguinte condições de um nível de vida superior à da geração anterior está sendo desfeito. Cresce a miséria no seio da sociedade mais rica e poderosa do planeta. Os números já passam dos 48 milhões de americanos.

A fragilidade da ortodoxia chega ao ponto de que novamente essa crise expõe fragilidades das suas famosas e respeitadas previsões, que tanto a mídia conservadora adora divulgar. Em estudo que data do ano de 2005, o psicólogo Philip Tetlock realizou uma coleta de trabalhos de previsão do período de 20 anos, compreendendo um total de 28 mil previsões sobre economia e eventos políticos

feitas por 284 renomados especialistas em diversos campos. A conclusão básica a que ele chegou é no mínimo engraçada: todas elas não saíram do campo do acaso e **“um macaco lançando uma moeda obteria resultados comparáveis a estes “respeitados” trabalhos”** (SCHWARTSMAN, 2011). (SCHWARTSMAN, 2011, p. x ou n.p., se não for paginada).

Assim, estamos diante de mais uma crise do sistema capitalista – que não é a primeira e nem será a última “grande crise” desse sistema, uma vez que o capitalismo apresenta a característica de ser inerentemente instável, tendo crises periódicas; e, dessas crises, o sistema capitalista sempre tem ressurgido mais vigoroso, mais dinâmico e mais pujante que antes. Não será o fim do mundo, mas causará muita desolação, tristeza e dor. Quanto tempo vai durar o interesse real de resolver o problema, depende da política de atacar a raiz do mesmo; depende da aplicação de medidas adequadas que penalizem os mercados financeiros, os grandes bancos, e que devolva a primazia ao processo de crescimento econômico, de geração do emprego e da noção de desenvolvimento apoiado em medidas de política em economia.

No Brasil, necessita deixar de dar ouvidos de mercado para os profissionais que afirma possuir e pratica a “verdadeira” Ciência Econômica. Esse pessoal usa mos de um modelo de desenvolvimento econômico que trabalha e defende os interesses estratégicos do capital financeiro; procura legitimar os interesses e as estratégias das grandes finanças, do pessoal rentista, do capital improdutivo. Arrogantes, hipócritas, baseados em princípios “amorais”, são incapazes de recomendar medidas adequadas para o interesse da construção da nação. Suas recomendações somente elevam o grau de subordinação e dependência externa.

O Brasil necessita urgentemente desenvolver um modelo de desenvolvimento econômico que priorize a nação. As recomendações impostas nos últimos 17 anos pelo PSDB e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mostram que estes são partidos da ordem, partidos do *status quo*. Assim, urge jogar fora a farsa e essa idiotice de banco central independente, lei de responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação, taxa de câmbio flexível, e todas as outras justificativas teóricas financiadas e criadas para justificar tecnicamente como se realiza o saque aos cofres públicos pelo

grande capital financeiro; esse lixo econômico (da pior qualidade) que faz grande sucesso na mídia. Dessa forma, faço minhas as palavras de Delfin Netto (2011b): “mas é ridículo dizer que a política do Banco Central namora a ‘heterodoxia’. Por quê? Pela simples e boa razão religiosa que, infelizmente, a ‘ortodoxia’ não existe...” ●

Referências

ANTUNES, R. *Tela quente*. Disponível em: <http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=11-11111-11-1&veiculo=Folha%20de%20S.%20Paulo%20-%20Opini%C3o>. Acesso em: 01 set. 2011.

BARBOSA, A. de F. A aristocracia econômica. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVII, n. 662, p. 80-81, 07 set. 2011.

BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BELLUZZO, L. G. Autoengano ou trapaça? *Carta Capital*, São Paulo, a. XVI, n. 658, p. 27, 11 ago. 2011.

BÔAS, B. V. *Nos três anos de crise internacional, instituições financeiras lucram US\$ 42 bi e países se afundam em dívidas*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/09/03/nos-tres-anos-de-crise-internacional-instituicoes-financeiras-lucram-us-42-bi-paises-se-afundam-em-dividas-925282783.asp>>. Acesso em: 03 set. 2011.

CASTELLS, M. *Não é crise. É que não te quero mais*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/outras-palavras-sob-o-governo-dos-modelos-matematicos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CINTRA, L. A.; LIRIO, S. O câmbio no lugar. *Carta Capital*, ed. 586, p. 54-56, 10 mar. 2010.

CORRÊA, A. Em dia tenso, Banco Mundial diz que mundo está em ‘zona de perigo’. BBC Brasil, 22 set. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110922_mercados_zoellick_pai.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2011.

DELFIN NETTO, A. *As agências de classificação de risco são todas 171*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/13/delfin-netto-as-agencias-de-classificacao-de-risco-sao-todas-171-925128776.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2011a.

DELFIN NETTO, A. *Distorções*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0308201106.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2011c.

DELFIN NETTO, A. *Heterodoxia*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1409201106.htm>>. Acesso em: 15 set. 2011b.

DELFIN NETTO, A.; BELLUZZO, L. G. Fé e faca amolada. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVII, n. 660, p. 48-52, 24 ago. 2011.

FATTORELLI, M. L. *A crise da dívida dos EUA*. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

FREIRE, V. *Treze tristes crises*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201109.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011a.

FREIRE, V. T. *Um programa de oposição radical*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2808201105.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011b.

FRANCO, G. *Exaustão fiscal global está na origem de turbulência*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0808201114.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

GALLO, R. *Da tolerância irresponsável a um intervencionismo desesperado*. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/ricardogallo/2011/07/30/datolerancia-irresponsavel-a-um-intervencionismo-desesperado/>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

GONÇALVES, R. *Dívida pública: quem paga por ela?* <http://www.corecon-rj.org.br/pdf/je_abril_2011.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEBLON, S. Nem a ortodoxia confia mais nas suas criaturas. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18027>. Acesso em: 07 jul. 2011.

LOUZANO, P.; ELACQUA, G. *O que está acontecendo com o Chile?* Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3108201108.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

NASSIF, L. *Os cabeça-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NASSIF, L. *Os cabeças de planilha e a crise*. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-%E2%80%9Ccabecas-de-planilha%E2%80%9D-e-a-crise?page=1>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

PEREIRA, L. C. B. *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*. Disponível em: <<http://pagina13.org.br/?p=880>>. Acesso em: 13 set. 2011a.

PEREIRA, L. C. B. *O mal-estar dos nossos dias*. Disponível em: <<http://jcoreiro.wordpress.com/2011/08/29/o-mal-estar-dos-nossos-dias/>>. Acesso em: 30 ago. 2011b.

PINHEIRO, M. A Roda da fortuna. *Carta Capital*, São Paulo, n. 452, p. 20-21, 11 jul. 2007.

ROUBINI, N. *Mission impossible: stop another recession*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2011/11.08.Mission_impossible.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2011

STIGLITZ, J. *Como tirar proveito da longa crise*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201116.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

SUMMA, R. *Resposta a Schwartsman*. Disponível em: <<http://criticaeconomica.wordpress.com/2007/08/24/resposta-a-schwartzman-2/>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

SCHWARTSMAN, H. Disponível em: Crises agudas expõem fragilidade das previsões <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0708201106.htm>>. Acesso em: 07. ago. 2011.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN, Doutorando em Políticas Públicas pela UFMA.